

POLÍTICA INTERNA DE PROTEÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE

INTRODUÇÃO

A Camargo&Pagani adota padrões internos consolidados de governança, segurança da informação e conformidade, assegurando que todo tratamento de dados pessoais observado no exercício de suas atividades jurídicas atende integralmente à Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e às melhores práticas de compliance aplicáveis ao setor jurídico e de saúde, conforme exigido por parceiros institucionais.

FINALIDADE

Esta Política define as diretrizes internas de proteção de dados e estabelece como o escritório coleta, utiliza, armazena, compartilha e protege informações pessoais de clientes, colaboradores, fornecedores e demais titulares, garantindo confidencialidade, integridade e disponibilidade dessas informações.

ABRANGÊNCIA

Aplica-se a todos os sócios, advogados, colaboradores, estagiários, prestadores de serviços e parceiros que tenham acesso a dados pessoais tratados pelo escritório, seja em meio físico, digital ou sistemas terceirizados utilizados para fins profissionais.

PRINCÍPIOS E BASES DE TRATAMENTO

Todas as operações de tratamento observam os princípios de finalidade, adequação, necessidade, transparência, qualidade dos dados, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização.

O escritório realiza o tratamento com fundamento, entre outros, em:

- execução de contratos;
- cumprimento de obrigações legais;

- exercício regular de direitos;
- legítimo interesse;
- consentimento, quando aplicável.

TIPOS DE DADOS TRATADOS

Podem ser tratados dados cadastrais, profissionais, financeiros, eletrônicos (logs e registros), e dados sensíveis estritamente necessários à condução de processos judiciais, administrativos ou consultivos.

RESPONSABILIDADES

Cada membro da equipe deve zelar pela confidencialidade e uso adequado das informações.

O escritório mantém Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO) responsável por orientar, monitorar conformidade, receber solicitações de titulares e atuar em conjunto com autoridades competentes.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O escritório mantém medidas contínuas de proteção, incluindo:

- controle de acesso físico e lógico;
- autenticação forte e senhas seguras;
- criptografia e backups periódicos;
- uso de dispositivos autorizados;
- armazenamento seguro de documentos;
- proibição de compartilhamento não autorizado;
- treinamentos regulares de proteção de dados.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS

O compartilhamento ocorre apenas quando necessário à prestação de serviços jurídicos, com terceiros que adotem padrões compatíveis de segurança, ou por determinação legal, regulatória ou judicial. É vedado qualquer compartilhamento sem base legal adequada.

RETENÇÃO E DESCARTE

Os dados são mantidos pelo período necessário ao cumprimento das finalidades e obrigações legais, observando prazos regulatórios e prescricionais. Encerrado o prazo, os dados são eliminados ou anonimizados, salvo obrigação de guarda.

DIREITOS DOS TITULARES

O escritório assegura, mediante solicitação:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso;
- correção;
- informações sobre compartilhamento;
- eliminação ou anonimização (quando cabível);
- portabilidade;
- revisão de decisões automatizadas, quando aplicável.

GESTÃO DE INCIDENTES

Suspeitas ou violações envolvendo dados pessoais devem ser imediatamente comunicadas ao Encarregado. O escritório adota medidas de contenção, investigação, mitigação e comunicação, conforme exigido pelas melhores práticas e pela LGPD.

CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO

O descumprimento desta Política poderá implicar responsabilização disciplinar, civil, administrativa e contratual, conforme a gravidade da infração.

ATUALIZAÇÃO

Esta Política será revisada periodicamente, garantindo sua aderência à legislação vigente, aos padrões de compliance exigidos e às necessidades operacionais do escritório.



A Camargo&Pagani reafirma seu compromisso permanente com a proteção de dados pessoais, com a ética profissional e com o cumprimento integral da LGPD e das normas correlatas. Todos os integrantes do escritório comprometer-se-ão a observar rigorosamente as disposições desta Política e a adotar, no âmbito de suas funções, práticas compatíveis com padrões elevados de segurança da informação.

Esta Política entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válida até que nova versão seja formalmente publicada pelo escritório.

Vitória/ES, 2 de junho de 2025.

Camargo&Pagani
Consultoria e Assessoria Jurídica